



EUROPEAN ANTI POVERTY NETWORK

Relatório Nacional da Atividade "Everyone on the Bus" Portugal, 5 a 10 de Maio de 2018



**Mafalda Gomes
Paula Cruz**

Setembro, 2018

Índice

1. Enquadramento	3
1.1. O papel das políticas sociais e relação com o projeto EMIN I e EMIN II	3
1.2. Contextualização da viagem europeia do autocarro EMIN	5
2. Alguns mitos sobre RSI e resultados da (breve) auscultação realizada aos participantes da iniciativa do autocarro EMIN	7
3. Confronto (encontro) de perspetivas (políticas, institucionais e académicas): elementos chave das comunicações dos convidados	9
4. Os técnicos de RSI: experiências, expectativas, desafios e recomendações	12
5. Os beneficiários RSI: representações, vivências, obstáculos e recomendações	15
6. Pistas conclusivas	18
Referências Bibliográficas	19
Anexo I – Programa da permanência do autocarro EMIN e respetivos workshops	20

1. Enquadramento

1.1. O papel das políticas sociais e relação com o projeto EMIN I e EMIN II

As políticas sociais são instrumentos importantes na redução dos níveis de pobreza. Os valores das transferências sociais ilustram de forma clara o impacto destas medidas na atenuação da fragilidade económica dos públicos em situação de vulnerabilidade. Vejamos que em 2016 a taxa de risco de pobreza diminuiu de 45,2% para 18,3% depois de concretizadas as transferências sociais (Eurostat, 2015).

Ao analisar a tendência das políticas sociais constata-se a incorporação paulatina de princípios de integração social, que ultrapassam premissas de apoio subsidiárias. Ancoram-se numa abordagem ativa de promoção da cidadania e co-responsabilização do Estado e das pessoas, num processo mais ajustado ao perfil dos beneficiários, mas em contrapartida, mais exigente do ponto de vista burocrático (Hespanha, 2008).

Neste domínio, o contexto social, político e económico são indicadores chave na análise das medidas de proteção social. Exemplo disso foram os novos desafios despoletados pela crise económica, que ocorreu entre 2008 e 2012, e consequente aumento da taxa de desemprego e da precaridade laboral. A estas tendências de agravamento da condição laboral, as respostas dos Estados Sociais foram escassas e desajustadas (Hespanha & Caldeira, 2017, Rodrigues, 2017).

No presente relatório centramo-nos nos esquemas de rendimento mínimo. Trata-se de instrumentos de política social que procuram minimizar a situação de pobreza extrema de pessoas e dos seus agregados familiares, que não trabalhem e/ou não se encontrem abrangidos por uma medida de proteção social capaz de garantir a satisfação das suas necessidades básicas (Van Lancker, 2017).

Atualmente todos os países da União Europeia têm algum tipo de esquema de rendimento mínimo nacional, com implementação experimental recente em Itália e na Grécia. Não obstante a heterogeneidade destes modelos, é possível identificar traços comuns. Os esquemas de rendimento mínimo europeus são não contributivos e destinam-se a pessoas que não têm condições para trabalhar ou que não recebem apoios sociais (Van Lancker, 2017). Quando os rendimentos ou outras prestações sociais são muito baixas, afigura-se enquanto benefício social complementar.

Como referência de atribuição, os esquemas de rendimento mínimo europeu têm em comum critérios baseados na insuficiência de recursos, idade, local de residência e vontade de

trabalhar. Um aspecto díspar relaciona-se com a variabilidade ao nível da gestão dos esquemas de rendimento mínimo. Alguns países dispõem de gestão nacional, alguns Estados Membros apresentam uma gestão local e noutros casos é feita uma gestão mista.

Uma ideia importante é o facto destes esquemas de rendimento mínimo não se afigurarem adequados e não cobrirem todas as pessoas em situação de pobreza e exclusão social. Não alcançam todas as pessoas que têm direito ao apoio, revelando-se insuficientes para responder às necessidades efetivas das pessoas em situação de vulnerabilidade.

Adicionalmente, os esquemas de rendimento mínimo são considerados instrumentos de sobrevivência inibidores de inclusão social e comunitária, contribuindo para sentimentos de vergonha dos seus beneficiários. Esta situação concorre para a existência de situações de “não recurso”, isto é, pessoas potencialmente elegíveis que não fazem a sua requisição. Associada a esta não requisição estão alguns fatores, tais como a complexidade e morosidade administrativa do processo, a insuficiência de informação transmitida aos beneficiários e a estigmatização da medida.

Em Portugal, o esquema de rendimento mínimo, o Rendimento Social de Inserção (RSI) estrutura-se numa lógica da ativação, orientada para a inserção das pessoas no mercado de trabalho. Constata-se heterogeneidade de grupos potencialmente beneficiários da medida, independentemente da idade, composição do agregado familiar ou situação face ao emprego.

No período mais grave de crise económica nacional, entre 2011 e 2013, e na sequência da redução de orçamento disponível verificou-se a diminuição do número de famílias e indivíduos beneficiárias do RSI. Surgiram também alterações nos critérios de elegibilidade para o RSI (Instituto de Segurança Social, 2018) nomeadamente em relação à verificação dos documentos dos requerentes e da disponibilidade para integrar o mercado de trabalho. A verificação dos recursos passou a ser mais rígida na atribuição ou pedido de renovação de RSI. Em simultâneo, os ativos (dinheiro, imóveis, etc.) não podiam ser superiores a um determinado valor (25.153,20€). Adicionalmente, os beneficiários e respetivo agregado familiar devem comprometer-se com um contrato de inserção, que contempla a procura ativa de uma ocupação laboral e/ou formativa.

Num contexto europeu marcado pelo desemprego, fragilidade das condições de vida e exclusão social a adequabilidade dos esquemas de rendimento mínimo é fundamental para o fomento de maior participação social e laboral das pessoas.

Com o intuito de promover medidas de suporte de rendimento, o projeto EMIN - Rede Europeia de Rendimento Mínimo, afirma-se enquanto grupo informal de organizações e indivíduos comprometidos pela melhoria gradual da adequação, acessibilidade e capacitação

dos esquemas de rendimento mínimo. O EMIN tem um enquadramento europeu e nacional em todos os Estados Membros da União Europeia, incluindo a Islândia, Noruega, Macedónia e Sérvia, sob a coordenação da Rede Europeia Anti Pobreza (EAPN). É financiado pela Comissão Europeia, e conta já com duas edições.

A primeira fase do projeto decorreu em 2013-2014 e teve como objetivo criar um consenso em relação aos passos que devem ser tomados para a progressiva construção de regimes adequados e acessíveis de rendimento mínimo nos Estados-Membros, em conformidade com a Recomendação sobre a Inclusão Ativa da Comissão Europeia (2008), a Estratégia Europa 2020, e no contexto da Plataforma Europeia contra a Pobreza e a Exclusão Social.

A segunda edição do projeto EMIN, ocorreu entre 2017 e 2018, pretende fortalecer e desenvolver o EMIN, promovendo atividades locais e a implementação de medidas adequadas para os esquemas de rendimento mínimo a nível europeu. Neste sentido, procura a conscientização pública e política sobre esquemas de rendimento mínimo, a construção de consenso acerca dos passos necessários para a sua progressiva implementação e a identificação de definições e critérios europeus comuns.

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais (PEDS) recentemente proclamado na Cimeira Social da União Europeia realizada em Novembro vem reforçar este trabalho ao definir o Rendimento Mínimo como um dos seus 20 princípios para promover uma Europa mais Social: Qualquer pessoa que não disponha de recursos suficientes tem direito a prestações de rendimento mínimo adequadas que lhe garantam um nível de vida digno em todas as fases da vida, bem como um acesso eficaz a bens e serviços de apoio. Para as pessoas aptas para o trabalho, as prestações de rendimento mínimo devem ser conjugadas com incentivos para (re)integrar o mercado de trabalho (princípio 14 do PEDS).

1.2. Contextualização da viagem europeia do autocarro EMIN

Uma das atividades da II edição do EMIN foi a Jornada de autocarro "Everyone on the Bus: Nobody deserves less, everybody benefits " com o objetivo de promover a sensibilização e a compreensão da importância dos Esquemas de Rendimento Mínimo europeus. Durante dois meses dois autocarros percorreram 32 países europeus. Foram implementadas ações com o propósito de mobilizar a sociedade civil e entidades públicas para a reflexão e debate sobre a importância de se garantirem esquemas de rendimento mínimo adequados. O autocarro esteve no Porto entre os dias 5 e 7 de Maio e em Lisboa entre 8 e 10.

Este relatório dá conta das atividades realizadas no âmbito dessa iniciativa, entre as quais, as visitas livres ao autocarro, um seminário de reflexão e debate sobre esquemas de rendimento mínimo e quatro workshops, junto de beneficiários de RSI e outros dois com técnicos de acompanhamento da medida.

O seminário “Rendimento Mínimo Adequado: O investimento numa sociedade mais inclusiva” teve como objetivo alargar e aprofundar o debate em torno da necessidade de se promoverem esquemas de rendimento que sejam adequados à vida das pessoas, nomeadamente as mais vulneráveis. Este debate procurou envolver diferentes atores chave, não só entidades públicas, mas também municípios, parceiros sociais, sociedade civil, beneficiários diretos das prestações e peritos destas áreas.

Ao mesmo tempo, pretendeu transmitir o *slogan* do Autocarro EMIN – “Ninguém merece menos. Todos ganhamos” com a mensagem de que é fundamental encarar cada vez mais o Rendimento Mínimo Adequado como um investimento social nas pessoas e numa sociedade mais inclusiva.

O seminário¹ contou com a intervenção de elementos da EAPN Portugal, representantes do Governo na pessoa do Ministro do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social; um representante do Centro Distrital de Segurança Social do Porto, um especialista sobre o esquema de rendimento mínimo português, o coordenador do projeto EMIN e membros do conselho local de cidadãos com historial de recebimento do RSI. Estiveram presentes 72 participantes.

Foram realizados quatro workshops: dois para beneficiários - “Esquemas de rendimento mínimo. Mitos e Factos: À conversa com beneficiários da medida”. Estiveram presentes no Porto 13 participantes e 11 em Lisboa; E dois para profissionais – “Esquemas de rendimento mínimo. Mitos e Factos: À conversa com técnicos e agentes políticos estratégicos. No Porto estiveram presentes 13 participantes e em Lisboa 10 participantes.

Realçamos também o encontro com a Associação para o Estudo e Integração Psicossocial (AEIPS) no qual foi possível conhecer todo o processo de montagem do projeto *Housing First* na cidade de Lisboa e debater a importância da habitação, nomeadamente, a habitação social na inclusão das pessoas.

Destacamos ainda a participação do Coordenador do Projeto EMIN no Seminário Europeu: *Como construir uma Europa dos Cidadãos*², onde foi possível apresentar o projeto,

¹ Ver programa anexo.

² O programa do seminário está disponível aqui: <https://www.eapn.pt/eventos/1250/seminario-europeu-como-construir-uma-europa-dos-cidadaos>

destacando o impacto que os esquemas de rendimento mínimo têm na vida das pessoas mais desfavorecidas e o papel que podem desempenhar na sua inclusão social. Foi ainda possível refletir com os restantes oradores do Seminário, do qual destacamos a Eurodeputada Maria João Rodrigues, a importância do Pilar Europeu dos Direitos Sociais na construção de uma Europa mais social e próxima dos seus cidadãos. De realçar a importância também do rendimento mínimo como um dos princípios do Pilar Europeu.

Foram produzidos e divulgados três recursos de informação e sensibilização: i) o vídeo “Rendimento Mínimo Adequado para tod@s” sobre a iniciativa do autocarro onde constam testemunhos de alguns dos participantes, ii) a reportagem multimédia “ The Minimum Income Scheme in Portugal as seen by its beneficiaries” e iii) uma notícia na *Revista Focus Social* intitulada de “Autocarro EMIN estacionou no Porto e em Lisboa. Em nome de uma Europa mais inclusiva, mais social, mais voltada para as pessoas e para a sua dignidade”. Encontra-se ainda a decorrer a Petição de recolha de assinaturas para alcançar a implementação progressiva de Esquemas de Rendimento Mínimo adequados, acessíveis e capacitadores como parte de sistemas abrangentes de proteção social apoiados por uma Diretiva Quadro da União Europeia. Por último, procedeu-se ainda à apresentação de contributos nacionais para o blogue do projeto EMIN.

2. Alguns mitos sobre RSI e resultados da (breve) auscultação realizada aos participantes da iniciativa do autocarro EMIN

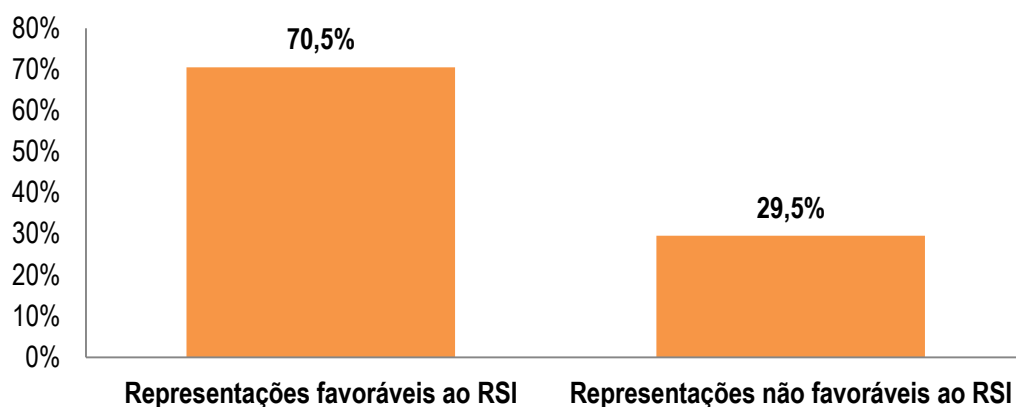
Durante as visitas livres ao autocarro do projeto EMIN realizou-se uma auscultação sobre a opinião dos participantes acerca de 5 de mitos sobre o Rendimento Social de Inserção, a saber:

- *Se os pais receberem prestações sociais, os filhos também serão dependentes delas.*
- *Quem vive do RSI não sabe gerir o seu dinheiro.*
- *O beneficiário de RSI não quer trabalhar.*
- *Quem beneficia do RM / RSI recebe muito dinheiro.*
- *As fraudes no RSI são recorrentes.*

Foi solicitado que os participantes classificassem essas afirmações como verdadeiras ou falsas. Obteve-se um total de 60 respostas. Procedeu-se a categorização das respostas a partir do que se considerou serem representações positivas ou negativas sobre a medida. Quando os participantes classificavam as frases como falsas as representações foram tipificadas como favoráveis. Se os participantes qualificavam as afirmações como verdadeiras, as afirmações foram categorizadas como não favoráveis.

Como é possível observar a partir do gráfico 1 a grande maioria (70,5%) das representações são favoráveis à medida de RSI. Uma análise mais detalhada indica que as

Gráfico 1 – Representações dos participantes das visitas livres ao autocarro EMIN sobre RSI (%)



frases “*quem vive do RSI não sabe gerir o seu dinheiro*” e “*quem beneficia do RM / RSI recebe muito dinheiro*” não foram classificadas nenhuma vez como verdadeiras.

Ao contrário, a frase “*as fraudes no RSI são recorrentes*” foi a mais vezes considerada verdadeira (10 vezes em 21 respostas). Tal tendência pode ser justificada pela proliferação de notícias na comunicação social acerca de irregularidades da medida, não raras vezes, casos isolados que não correspondem à realidade dos factos.



3. Confronto (encontro) de perspetivas (políticas, institucionais e académicas): elementos chave das comunicações dos convidados

Como já mencionado, foi realizado um seminário sobre esquemas de rendimento mínimo com intervenção de seis oradores cujos perfis profissionais estão ligados à investigação e à atividade política. Integraram também este painel duas pessoas que são ou já foram beneficiários de RSI. Os dados apresentados resultam da análise de conteúdo à gravação de áudio do seminário. Constata-se uma relativa congruência nos discursos, sendo transversal o reconhecimento do valor económico e social do RSI. Afirma um dos oradores “o RSI foi uma conquista não só pela vertente pecuniária mas também pela capacidade de puxar as pessoas, a capacidade de abrir portas a pessoas necessitadas de vários tipos de respostas...a virem ao Estado e encontrarem esse tipo de respostas... é património de uma sociedade digna e dinamizadora de boas práticas sociais” [Miguel Cardoso³].

Por diversas vezes os oradores tiveram necessidade de esclarecer aquilo que consideram ser as principais diferenças entre esquemas de rendimento mínimo e outras propostas baseadas no critério da universalidade, apontando para a necessidade de se aprofundar o debate acerca das especificidades de cada proposta, distintas entre si.

Do discurso dos intervenientes políticos e académicos é possível concluir que os esquemas de rendimento mínimo não são uma medida consensual na União Europeia, ainda que todos Estados-Membro tenham ou estejam a implementar esquemas de rendimento mínimo. Destaque para a importância atribuída ao papel do Estado Social Europeu e dos Estados Nacionais ao nível da proteção e equidade social.

Há também referência ao facto destas medidas não serem exclusivamente para pessoas que não se encontram inseridas no mercado de trabalho. Podem também abranger pessoas com ocupação profissional. Afirma um dos oradores “quando os sistemas são muito pobres ficamos presos neles. Mas quando o sistema é adequado e é elaborado tendo em conta o apoio dos beneficiários, esses esquemas permitem, muito frequentemente, que as pessoas saiam de situação de pobreza, encontram trabalho, encontram novas formas de estar ativos, isso é muito importante quando pensas na qualidade do sistema” [Fintan Farrell⁴]. Defendendo que o RSI “não é um sistema para pessoas pobres, é um sistema para todos que precisem: para quando precisarem e o tempo que precisarem” [Fintan Farrell].

³ Diretor do Centro Distrital do Porto do Instituto de Solidariedade e Segurança Social.

⁴ Coordenador do Projeto EMIN 2.

A medida de RSI é considerada uma forma de atenuação da pobreza extrema, importante na promoção de uma vida digna das pessoas em situação de vulnerabilidade. A sua dimensão económica, ainda que redutora, não ajuda apenas o beneficiário e respetivo agregado familiar, permite também impulsionar o tecido económico local, sendo um instrumento de retorno financeiro. A sua componente social consubstancia-se a partir do contrato de inserção, considerado fundamental não só para o processo de integração social, como também para a credibilidade da medida junto da opinião pública “só poderemos ter de facto uma medida efetiva visando a inclusão social das pessoas em situação de pobreza extrema se estas duas componentes forem efetivas e simultâneas” [Carlos Farinha Rodrigues⁵].

Apesar do papel da medida no quotidiano de famílias carenciadas, esta apresenta constrangimentos. Além do paradoxal enfraquecimento da medida no período de crise económica, é reiterada as limitações pecuniárias da medida RSI no acesso a uma vida digna, com possibilidade de aceder a práticas educacionais e culturais. Salienta o orador beneficiário da medida de RSI que “a gente costuma dizer...eu costumo dizer que não vive, que sobrevive. É muito complicado” [Francisco Manuel].

É referido igualmente por um dos oradores a volatilidade da medida em função do contexto. Por outras palavras, o mesmo valor não permite o acesso aos mesmos produtos e serviços devido às diferenças de custo de vida nas diferentes regiões do país, o que acentua as disparidades.

Não menos frequentes nos discursos são as referências relativas à forte estigmatização da medida. Na opinião de um orador é “uma medida que fratura a sociedade [...] cria apoiantes e cria opositores; que cria, em muitos casos, um mínimo de resistência” [José Vieira da Silva⁶]. Não obstante a dúvida e pressão social sobre o impacto da medida a mesma resiste, como analisa outro orador “ainda que intoxicando a opinião pública de inverdades, nunca a tiraram. Acho que não há maior prova que a medida é um sucesso que é esta” [Miguel Cardoso]

Esta ideia é corroborada pelos oradores responsáveis pelos testemunhos acerca do RSI, um deles ainda a beneficiar da medida. Referem o sentimento de estigmatização, quer pela sociedade, quer pelos técnicos que acompanham os seus processos de inserção. Afirma uma ex beneficiária: “Eu senti mais esse estigma por parte dos técnicos, por parte dos serviços da Segurança Social. Por cada vez que eu tinha que apresentar um papel ou pedir algum papel ou tentar que alguma alteração fosse feita” [Cidália Barriga, ex beneficiária do RSI].

⁵ Especialista sobre a temática.

⁶ Ministro do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social.

Ao nível das recomendações, dois oradores referem a importância de maior ajustamento e adequação do RSI ao perfil dos beneficiários e outros dois apontam para a relação entre aumento salarial e melhoria da medida. Sem perder de vista estas duas sugestões, um outro orador ressalva a importância da desvalorização dos contratos de inserção, afirmando que “a questão do salário mínimo e da responsabilidade social, obviamente que estão interligadas. Convocam também os agentes económicos e os mercados e as entidades a participarem nesta discussão. Ainda assim é raríssimo ver os agentes económicos envolvidos”[Miguel Cardoso]. Outros dois oradores apontam a necessidade de uma maior articulação entre os diferentes agentes políticos, a um nível micro, e entre o poder central e local, a um nível macro, com vista a uma maior eficácia dos processos de inserção.

Importa ainda acrescentar que os comentários da audiência foram no sentido do questionamento da adequabilidade da medida às necessidades dos beneficiários. A partir da voz de um beneficiário de RSI foi reforçado o carácter imprescindível da medida apesar de despertar sentimentos de vergonha e de não se adequar ao perfil e necessidades dos beneficiários: “não tenho orgulho nenhum em estar a receber o rendimento mínimo, não sou aleijado, tenho saúde. Eu acho ridículo uma pessoa como eu, e muitas outras pessoas, que podem trabalhar e que têm capacidade para trabalhar e estão a receber o rendimento mínimo. Não quer dizer que não me ajuda...se não eu andava aí a pedir esmola. Acho que o sistema devia de estar feito de maneira a que se aproveitasse a capacidade que cada um tem e aquilo que cada um tem para dar.”

Em continuidade com as críticas anteriores, foi referida a desadequação dos recursos ao dispor dos técnicos para o acompanhamento dos beneficiários, bem como a insuficiência de recursos das pessoas para irem ao encontro dos técnicos para resolução de situações de apoio no processo de integração social.

Com efeito, o conjunto destes factores concorrem para a desmotivação dos profissionais de acompanhamento “nem todos os técnicos tem as oportunidades adequadas de qualificação ao longo da vida, porque não chega a formação inicial para de facto se prepararem para uma batalha que é duríssima, para os cidadãos e para as cidadãs, mas também para os próprios técnicos” [Comentário da Presidente de uma Organização da Sociedade Civil presente na plateia].

As políticas de habitação assumiram especial relevo, sendo consideradas prioridades urgentes. Foi evocado neste ponto em particular o papel das autarquias na promoção de estratégias de habitação social.

4. Os técnicos de RSI: experiências, expectativas, desafios e recomendações

Nos workshops “Esquemas de rendimento mínimo. Mitos e Factos: Á conversa com técnicos e agentes políticos estratégicos” estiveram presentes técnicos de acompanhamento de processos de RSI, sobretudo da região Norte e de Lisboa e Vale do Tejo, ainda que de concelhos diferentes. Alguns dos técnicos indicaram já ter trabalhado em zonas diferentes, o que se revelou pertinente para a discussão. Os resultados apresentados decorrem da análise de conteúdo à gravação de áudio dos workshops realizados no Porto.

Da análise longitudinal que os participantes fazem da medida RSI, do perfil dos beneficiários e do trabalho dos profissionais de acompanhamento, conclui-se a existência de:

- Alterações no perfil dos beneficiários do RSI, relativamente ao passado. Atualmente constata-se uma maior diversidade de faixas etárias e de percursos pessoais e profissionais:

“Vemos beneficiários de diferentes faixas etárias que já tiveram situações bastante estáveis. O desemprego acabou por atingir estas pessoas e não conseguiram novamente entrar no mercado de trabalho e acabaram por ter que usufruir da medida”.

“Entretanto acho que atualmente está a normalizar um bocadinho mais esta situação mas de facto o público é extremamente diversificado. Tanto em termos de idade como de formação de base, escolaridade”

“A diferença para mim ao nível do público alvo é bastante grande de uma zona mais rural para uma zona mais urbana.”

“Há uma ideia que os beneficiários de RSI, sejam eles quais forem, não querem fazer nada. Que é “transferencial”. E isto passa. Inclusivamente foi passado no discurso político, um dos problemas pelas quais estávamos a atravessar uma crise, que é completamente ridículo”.

- O estigma face aos beneficiários do RSI persiste, ainda que tenha diminuído. No entanto, os profissionais que já trabalharam em regiões distintas assinalam diferenças significativas da perceção do estigma entre beneficiários de zonas rurais e zonas urbanas, sendo que nesta última o sentimento de vergonha é mais diluído.

“Em relação à vergonha e afins, acho que efectivamente isto tem sido desmistificado e cada vez mais as pessoas recorrem à medida, sem qualquer tipo de preconceito, até de uma forma transitória de integrarem o mercado de trabalho”

“Não existe tanto o estigma do RSI porque hoje em dia até se recebe por transferência bancária mas na altura não era [...]. Sinto que a diferença das áreas metropolitanas para as zonas mais pequenas é que as pessoas não têm tanta vergonha de recorrer, é mais fácil ultrapassar esse estigma.”

- A sobrecarga burocrática com influência negativa no acompanhamento dos beneficiários e respetivos agregados familiares

“Hoje em dia estamos tão presos com a burocracia que não nos permite, ao contrário do que acontecia quando comecei, imaginar o que podemos fazer em prol dos utentes, 70% do tempo do meu trabalho é administrativo.”

“Acho que o acompanhamento individual ainda vai sendo conseguido. Agora o coletivo é um bocadinho mais difícil.”

“Acho que acompanhamento individual vai conseguindo ser feito apesar de toda a burocracia que existe mas acho que se consegue aqui pequenas mudanças.”

De salientar duas preocupações manifestas diversas vezes por estes técnicos, a saber:

- A questão da habitação foi referida em vários momentos da conversa. Os técnicos alertam para ausência de respostas de habitação para estes públicos, manifestamente agravada pela inflação imobiliária. Contudo, alguns técnicos referiram que nos seus concelhos as autarquias locais têm feito esforços no sentido de aumentar e diversificar a oferta do parque habitacional para estes públicos.

“Apoio complementar em relação à habitação. Acho que seria muito importante aumentar o número de protocolos e as equipas multidisciplinares e o número de técnicos envolvidos.”

“Neste momento não há habitação para o rendimento das pessoas.”

- A necessidade de revisão do cálculo do valor do RSI, em particular para pessoas que vivem sós.

“A questão do elemento isolado, repensem o valor”.

Em termos de recomendações, foi considerado relevante:

- O estímulo das parcerias e do trabalho em rede entre técnicos de acompanhamento dos processos de inserção

“Acho que seria muito importante aumentar o número de protocolos, as equipas multidisciplinares e o número de técnicos envolvidos.”

- A revisão dos critérios de cálculo e elegibilidade do RSI

“A questão do elemento isolado, repensarem o valor.”

“Acho que seria muito importante aumentar o número de protocolos e as equipas multidisciplinares e o número de técnicos envolvidos.”

- Implementação de uma nova geração de políticas de habitação com valor de rendas mais baixo.
- Melhorar os recursos humanos e materiais de apoios aos beneficiários e respectivos agregados familiares.
- Necessidade de mudar mentalidades da sociedade em geral, das entidades empregadoras para assumir uma responsabilidade colectiva. As pessoas têm que estar envolvidas porque há a dificuldade em se colocar no papel do outro.

5. Os beneficiários RSI: representações, vivências, obstáculos e recomendações

A maioria dos participantes nos workshops “ Esquemas de rendimento mínimo. Mitos e Factos: Á conversa com beneficiários da medida” recebem ou já receberam num momento das suas vidas o RSI. Nesta sessão estiveram também presentes elementos da EAPN Portugal e do projeto EMIN. Da reflexão e debate em torno das experiências do benefício da medida resultaram opiniões, grosso modo, corroboradas por todos, nomeadamente:

- Discrepâncias técnicas na interpretação do RSI e dos critérios de elegibilidade que condicionam o acesso à medida e o processo de inserção.

“Os técnicos que estão a aplicar a medida, cada um aplica à sua maneira.”

“Há critérios mas cada um interpreta da maneira que quer.”

- Insuficiência e não ajustamento do valor RSI às necessidades das pessoas e no acesso a uma vida digna com recurso a bens de lazer e de cultura.

“Na altura que eu recebia o RSI tinha 3 filhos menores em casa a meu cargo e não me permitia fazer nada com eles. Não me permitia ir ao restaurante com os meus filhos e fazer uma refeição no restaurante, não nos permitia ir ao cinema, não nos permitia levá-los a um passeio cultural...nada.”

- Forte estigmatização da medida

“Esclarecer o cidadão comum que isto é um direito e que não vem dos impostos.”

“Parece que estamos a pedir uma coisa que não nos é devida. E sentimos que estão a tirar deles para nos dar a nós”.

“Há pessoas que aproveitam o RSI e outras que não.”

Ao nível das recomendações, foi sugerido:

- Maior apoio e acompanhamento técnico qualificado.

“Acho que deveria de haver um acompanhamento, até mesmo para desmistificar esta ideia que está associada ao RSI de as pessoas não quererem trabalhar”.



- Maior articulação entre serviços e entre profissionais.

“Uma maior articulação com o IEFP que é para isso que ele serve e o GIP.”

- Redução da complexidade burocrática do processo.

“Eu acho que deveria agilizar os processos e a quantidade de papéis que se tem que fazer.”

- Adaptabilidade dos contratos de inserção à condição psicossocial das pessoas.

“Eu não fazia a mínima ideia que isso era assim. E esse contrato não é feito com as pessoas. Ele é feito para as pessoas, eles decidem, olham para ti...Que precisas de fazer isto, aquilo...Ninguém pergunta o que é que precisa neste momento de fazer. Porque há pessoas que são imediatamente vocacionadas para o emprego e algumas delas estão de rastos. Não foi o meu caso, mas há alguns.”

6. Pistas conclusivas

Esta atividade do projeto EMIN 2 em Portugal contribuiu para a consolidação da reflexão e debate sobre os esquemas de rendimento europeus e, mais especificamente, sobre o rendimento mínimo nacional português, o RSI. Mais especificamente juntou, através de diferentes modalidades, atores chave envolvidos no processo de RSI, desde decisores políticos, investigadores, técnicos e beneficiários da medida.

A importância dos esquemas de rendimento mínimo é reconhecida. De acordo com a investigadora Anne Van Lancker (2017) existem evidências que indicam que os Estados Membros com boas práticas de políticas sociais são mais competitivos e prósperos. Mesmo quando os esquemas de rendimento mínimo apenas representam uma pequena percentagem do investimento social dos governos há retorno de investimento. Acresce ainda que países com elevados níveis de proteção social estão mais preparados para impactos negativos de crises económicas.

A análise aqui realizada à iniciativa “Everyone on the Bus” em Portugal permitiu perceber uma relativa diminuição dos estereótipos relativamente a beneficiários de RSI. No entanto, convém ressaltar que o universo de auscultados foi reduzido e eventualmente não é representativo da opinião geral dos portugueses. Este foi um exercício exploratório e não dispomos de informação estatística que possa consolidar esta tendência.

Os contributos dos oradores convidados para o seminário de reflexão foram complementares e reforçaram o potencial dos esquemas de rendimento mínimo na Europa e em Portugal para a atenuação da situação de pobreza das pessoas. Uma outra ideia recorrente foi a influência favorável do atual contexto social e económico europeu à consolidação deste tipo de medidas, com relevo para o atual Pilar Europeu dos Direitos Sociais; ainda que sujeitas a profundos debates ideológicos e políticos. Um aspeto crítico recorrente nestes discursos teve que ver com a fragilidade e limitação dos esquemas de rendimento mínimo, neste caso o RSI. Foi referido pela voz destes oradores a insuficiente cobertura e adequação desta medida.

Estes argumentos estão também presentes nos testemunhos de beneficiários ou ex beneficiários de RSI, com ênfase no processo de estigmatização desta medida, pela sociedade em geral e dos técnicos de acompanhamento.

Referências Bibliográficas

- Cabral, F., Cruz, P., Araújo, S., Aires, S. (2017), *EMIN Context Report Portugal Developments in relation to Minimum Income Schemes*, European Anti-Poverty Network.
- Eurostat (2015), *Estatísticas da distribuição do rendimento*, EU-SILC Survey.
- Hespanha, P. (2008), “Políticas Sociais: Novas abordagens, novos desafios”, *Revista de Ciências Sociais*, 39:1 pp. 5-15.
- Instituto de Segurança Social (2018), *Guia Prático – Rendimento Social de Inserção*, Departamento de Prestações e Contribuições
- Van Lancker, A. V. (2015), Rumo a regimes de Rendimento Mínimo Adequados e Acessíveis na Europa. Análise dos regimes de rendimento mínimo e roadmaps nos 30 países que participam no projeto EMIN. Relatório de Síntese, European Anti-Poverty Network (EAPN).
- Van Lancker, A. V. (2017), *Setting the scene. EMIN Context Report. Developments in relation to Minimum Income Schemes in Europe*, European Anti-Poverty Network (EAPN).
- Rodrigues, C.F. (2017), *Introdução ao estudo – Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal, 2009-2014*, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Santos, E., Ferreira, H., Pinto, L., Cruz, P. (2014), *Rendimento Mínimo Adequado: Construção de Consensos – EAPN Portugal*, Rede Europeia Anti-Pobreza.

Recursos informáticos

- Blogue do projeto EMIN, disponível em: <https://emin-eu.net/>
- <https://www.youtube.com/watch?v=Uxq0sEc-Wpc>
- Petição “ Guaranteed Minimum Income”: <https://you.wemove.eu/campaigns/Guaranteed-Minimum-Income-Scheme>
- Reportagem multimédia “ The Minimum Income Scheme in Portugal as seen by its beneficiaries”, disponível em: <https://sway.office.com/6DLFONxXinwdvAZg?ref=Link&loc=play>
- Vídeo “Rendimento Mínimo Adequado para tod@s”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Uxq0sEc-Wpc>

Anexo 1 | Programa de Atividades da Viagem Europeia do Autocarro EMIN

Esquemas de Rendimento Mínimo Adequado IDEIAS CHAVE

- ▶ Ao serem bem planeados apoiam as pessoas e famílias com meios financeiros limitados a viverem com dignidade.
- ▶ Ao serem bem elaborados apoiam as pessoas para que sejam ativas na sociedade e facilitam a sua (re) integração progressiva no mercado de trabalho.
- ▶ São essenciais para garantir a coesão e gerir as transições no atual e dinâmico mundo do trabalho.
- ▶ Estabelecem um patamar mínimo para os níveis de rendimento e, portanto, ajudam a assegurar salários decentes e a reverter situações de "trabalhadores pobres".
- ▶ São indispensáveis na construção de sociedades mais igualitárias.
- ▶ São cruciais para manter a atividade económica, particularmente em áreas que apresentam altos níveis de desvantagem, uma vez que o dinheiro proveniente do rendimento mínimo é aplicado na compra de bens e serviços locais.
- ▶ Representam uma pequena percentagem dos gastos sociais e apresentam um elevado retorno do investimento, enquanto o custo do não investimento tem enormes impactos negativos para os indivíduos em causa e elevados custos a longo prazo para a sociedade.
- ▶ Em sociedades baseadas em dinheiro, a ausência de Esquemas de Rendimento Mínimo de boa qualidade expõe as pessoas a assumirem riscos intoleráveis.

Entidade Promotora



EUROPEAN ANTI-POVERTY NETWORK

Entidade Coordenadora em Portugal



Parceiros

Redes Nacionais EMIN | Peritos académicos e por experiência



Entidade Financiadora



EaSI

European Union Programme for Employment and Social Innovation

+ info:

Blog: <https://emin-eu.net>

Facebook: <https://www.facebook.com/EMIN-135945640427626/>

Twitter: @EMINnetwork

Contactos

Paula Cruz / Armandina Heleno

EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza

paula.cruz@eapn.pt / armandina.heleno@eapn.pt

Rua de Costa Cabral, 2368-4200-218 Porto

Tel: 00351 22 542 08 02/05/00; <http://www.eapn.pt>

RENDIMENTO MÍNIMO ADEQUADO

NOBODY
DESERVES
LESS
EVERYBODY
BENEFITS!

PORTO e LISBOA
5 a 10 de MAIO
Vários Locais

VIAGEM EUROPEIA DO AUTOCARRO EMIN

PROGRAMA DE ATIVIDADES EM PORTUGAL



Autocarro EMIN e a viagem pela Europa



| 2 Autocarros |
| 2 meses |
| 32 países |
| 1 Mensagem |

Rendimento Mínimo Adequado “Nobody Deserves Less. Everybody Benefits!”

Objetivo _ debate público em torno da importância de se garantirem esquemas adequados de rendimento ao nível europeu e ao nível de cada um dos Estados Membro.

Estratégia _ mobilizar sociedade civil e entidades políticas nacionais e europeias para apoiarem a construção de uma Europa mais Social. Existem na UE cerca de 119 milhões de pessoas em situação de Pobreza e de Exclusão Social. Em Portugal existem 2.399 milhares de pessoas.

A pobreza não é inevitável, mas a consequência de escolhas políticas. Uma dessas escolhas prende-se com a realização progressiva de esquemas de rendimento mínimo bem planeados e adequados.

5 de Maio—Porto—Rotunda da Boavista

➤ 17h00—Sessão de Boas Vindas
Momento musical de acolhimento à chegada do autocarro

➤ 17h30 _ Conferência de imprensa

7 de Maio—Porto—Palácio de Cristal

➤ 9h00-17h30—Jardins do Palácio de Cristal
Visitas livres ao autocarro EMIN

➤ 10h00-13h00— Esquemas de Rendimento Mínimo
_Mitos e Factos : À conversa com...
... 10h-11h30—técnicos e agentes políticos estratégicos
... 11h30-13h—beneficiários de medidas

➤ 14h00-17h30—Auditório Biblioteca Almeida Garrett
Seminário Rendimento Mínimo Adequado: o investimento numa sociedade mais inclusiva

14h30 – Sessão de Abertura
Pe. Jardim Moreira – Presidente da EAPN Portugal
Rui Moreira – Presidente da Câmara Municipal do Porto
José Vieira da Silva—Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

15h00 –Comunicações de abertura—Projeto EMIN:
Ninguém Merece menos. Todos Ganhamos
Fintan Farrell – Coordenador do Projeto EMIN

15h45 – Mesa Redonda, Rendimento Mínimo Adequado:
Investir numa sociedade mais inclusiva
Moderação: Sandra Araújo (Diretora Executiva EAPN Portugal)
Carlos Farinha Rodrigues – ISEG, UTL
Cidália Barriga – Conselho Local de Cidadãos de Évora e Coord Nacional do Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza
Francisco Rico – Conselho Local de Cidadãos de Aveiro
Miguel Cardoso – C. D. do Porto do I. de Solidariedade e Seg. Social
Sérgio Aires – EAPN Europa

Debate
17h30-Encerramento

** a confirmar*

8 de Maio—Lisboa—Alameda D Afonso Henriques

➤ 14h—17h30– Visitas da equipa EMIN
➤ Projetos locais com boas práticas na promoção de esquemas de rendimento mínimo adequado

9 de Maio—Lisboa

➤ 8h30-19h00— Alameda D. Afonso Henriques
Visitas livres ao autocarro EMIN

➤ 10h00-13h00— Esquemas de Rendimento Mínimo
_Mitos e Factos : À conversa com...
... 10h-11h30—técnicos e agentes políticos estratégicos
... 11h30-13h—beneficiários de medidas

➤ 9h-16h30—Museu Nacional de Arqueologia, Salão Nobre
Seminário Europeu – Como construir uma Europa dos Cidadãos? (com a participação de Fintan Farrell, diretor do projeto EMIN)

➤ 10 de Maio_9h

O Autocarro EMIN prossegue a sua viagem

